



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Concurso Público para provimento de vagas em cargos efetivos da Carreira
de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Edital Nº 1065, de 26 de dezembro de 2018

PROVA DE CONTEÚDO ESPECÍFICO

Setor

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Candidato

THAYANE AZEVEDO PEREIRA DE SOUZA

Frase

"Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor." Paulo Freire

Reescreva a frase

"Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor."
Paulo Freire

Nº Identificador

19142

"Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é vir opressor." (Paulo Freire)

(Questão 1)

As barreiras que impedem a inclusão possuem diferentes naturezas (Amorim, 1998) um que o Estado é responsável por elaborar políticas para que as mesmas sejam superadas garantindo os direitos de todos os indivíduos independentemente de raça, etnia, religião, classe social ou etnia (Declaração Mundial dos Direitos Humanos), promovendo acessibilidade, ou seja, "condições de utilização com segurança e autonomia, ^{total} participação, dos espaços, mobilícias e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida" (Decreto 5296/04).

No contexto escolar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008) orienta que a educação inclusiva consiste em eliminar barreiras que de alguma forma impõem o acesso, permanência e participação de todos, baseada nos princípios inclusivos de alteridade, tolerância, etc respeito à diversidade que possibilita o desenvolvimento através da convivência social de toda comunidade escolar.

Pesquisas têm identificado, em conjunto de barreiras que impactam a inclusão do público-alvo da Educação Especial, entre elas é a não aprendizagem em decorrência da falta de recursos e estratégias adequadas para o acesso ao currículo escolar que continua priorizando a homogeneização baseado em práticas tradicionais com pouca inserção no manejo dos recursos pedagógicos. (Santos e Martins, 2015)

(O conceito de *homo^{bi}nível universal* presente).

Dicente deste contexto, a tecnologia assistiva se torna uma ponte para novos horizontes nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência numa vez,

que, segundo Palmao Filho (2009), se trata de uma área de conhecimento de características interdisciplinares, que engloba não só produtos e recursos, mas também tecnologias, metodologias, serviços, estratégias e práticas que objetivam promover a inclusão e a funcionalidade ~~inteligência~~ relacionada à atividade e participação.

O conceito de Direito Universal presente no Decreto 5296/2004 é importante para discussão do uso da Tecnologia Assistiva pois traz consigo a ideia de que todas as realidades, ambientes e recursos devem ser projetados com vistas à participação, utilização e acesso de todos, transcendendo a ideia de produtos adaptados, específicos ou segregados, que respondem apenas a um grupo, realizando assim a transição de uma sociedade segregacionista e paternalista para uma realidade de equiparação.

Incorporando o Direito Universal na Educação, o currículo não seria adaptado, mas sim apresentado de uma forma que atende a todos. Esta concepção se aplica a todos que precisam de suportes especiais em sua aprendizagem, uma vez que individualiza e personaliza o ensino respeitando as dificuldades, talentos, e que não significa particularizar a curva pedagógica a ponto de negar o grupo, mas sim entender as necessidades individuais para a sua participação em seu desenvolvimento.

Segundo a mesma linha de raciocínio, a Diferenciada Curricular surge como uma estratégia de escolarização de pessoas com deficiência não diz respeito a modificações e estratégias de acordo ao currículo, não se tratando da elaboração de um novo, nem empobrecedimento do mesmo, mas sim realizar ajustes como flexibilização de objetivos, conteúdos, metodologias, temporalidade etc, de modo a oferecer igualdade de oportunidades

na construção do conhecimento, reforçando a ideia de que um currículo acimável proporciona para todos os alunos a oportunidade de participar e repercutir o sucesso escolar, sendo fundamento essencial para a inclusão (Mittler, 2003).

Questão 3)

Dugundo Santos (2013), a inclusão é um processo de aporte teórico e prático a partir do qual uma série de relações precisam ser recontextualizadas para que todos tenham seus direitos garantidos partindo nos valores inclusivos que explicitem o desejo de superação da exclusão e promover a promoção da participação. É entender que a responsabilidade

O papel do professor é conceber e instigar o aluno em processo de inclusão, e de toda a comunidade escolar favorecendo assim a plenitude do indivíduo enquanto sujeito social.

O papel do professor é conceber o aluno como eixo central de seu processo de formação, deslocando o olhar das deficiências para as possibilidades materialidade, criando ambientes estimulantes para todos os alunos, partindo no respeito à diferença, paridade de direitos e alteridade. Para que esta prática inclusiva se solidifique é preciso compreender omnicontinentemente a inclusão (Santos, 2013) que é "uma perspectiva, um modo de explicar / ser e conceber ao mesmo tempo", uma maneira totalizante de perceber os fenômenos humanos e sociais assumindo como ponto de partida as três dimensões propostas que permitem o processo de inclusão (culturais, políticas e práticas) como ponto de partida de forma dialética e complexa.

Torna relação da tridimensionalidade da inclusão (Borth, 2000) é dialética pois implica em pensar as contradições

da realidade de modo a compreendê-la como um processo de permanente transformação, assumindo que toda realidade tem seu contradição e ambos se determinam mutuamente (Kernler, 1981); e complexa, pois implica atuar mutuamente no princípio da incerteza (Morin, 2004), sendo sensível à necessidade de modificação e aperfeiçoamento, até mesmo de transgredir da proposta pedagógica quando houver necessidade de repensar as estratégias para alcance do objetivo.

Nesta perspectiva o planejamento docente assume um caráter de imersão na prática, pois o mesmo precisa viabilizar caminhos para uma inclusão não somente do bicho aluno com deficiência, mas de todos. Qualquer um que esteja em risco de exclusão. Isto implica numa curalização contínua e permanente das estratégias a nível da sala de aula, quanto a nível institucional.

Considerando dialiticamente que cada escola, turma e individualiza possui especificidades e diferenças em sua realidade, a prática inclusiva considerada deve ser elaborada com o objetivo de superar os barreiros existentes no contexto, sejam elas atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais ou pedagógicas (Orrial, 1998). O planejamento das propostas transcende a sala de aula nessa concepção.

As estratégias pedagógicas que facilitam a inclusão são aquelas que possibilitam o aluno a "ser", ou seja, atuar de forma construtiva no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, promovendo a plena participação (que, segundo Breatn (2007) é proporcionar um ambiente que o aluno se sente acolhido, envolvido e pertinente).

A simples modificação no mobiliário da sala, a presença de um intérprete de língua em turma, o AEE (atendimento educacional especializado), utilização de tecnologias

assistiva em sala regular, atividades coletivas, tutorias de pares possibilitam a aprendizagem colaborativa, o Plano Educacional Individualizado em parceria com o professor regular com o professor do AEE atua de forma mais direta possibilitando soluções ampliadas para alcance de maior qualidade na interação pedagógica, tornando o caminho interessante para a efetivação da inclusão dos alunos com deficiência.

Essas estratégias devem ocorrer a nível pessoal e institucional, compreendendo committedamente o processo de inclusão em educação, não tratando a inclusão como um resultado final, mas sim de esforço, empenhado permanentemente a superar as barreiras. Isso faz com que as propostas partam nos princípios de acessibilidade e inclusão permitindo a aplicação a um determinado grupo do nível de Educação Infantil ou Ensino Fundamental, transcendendo a sala de aula e importar para além das muretas da escola.

(Questão 2)

Pesquisas contemporâneas que retratam a realidade dos profissionais brasileiros como um estado de dispersão (Mantua 2002), no qual os mesmos estão envolvidos em atividades burocráticos, consultas de classe, momento de planejamento tem risco espaço para a elaboração de práticas tradicionais corriqueiras que reforçam a aiativa e anula o engajamento na apropriação de práticas inclusivas construindo barreiras à promoção de inclusão.

A dificuldade de entender o processo de apropriação de conhecimento do aluno com deficiência revela falha na formação inicial do docente que não é capaz de responder a demanda das singularidades presentes na Educação

Especial (Freitas, 2017), o que evidencia a necessidade de investimento em uma formação continuada que não seja voltada somente para os questões macros, mas também para a prática pedagógica, estratégias inclusivas de interação para que se oferça uma educação de qualidade para o aluno em processo de inclusão.

Porém é preciso também se faz necessário desmistificar a formação continuada como primordial para o desenvolvimento de uma prática inclusiva, uma vez que é um aporte ~~à~~ majoritariamente teórico para a prática inclusiva se constrói primariamente internamente ~~pois~~ quando se ~~recontextualiza~~ recontextualiza a concepção de normalidade, não tendo possibilidade de ser aplicada alijada do sujeito e sua história. (Santos 2009).

Outra barreira que impõe diretamente o processo de inclusão é a falta de continuidade do trabalho realizado no Atendimento Educacional Especializado, uma vez que o mesmo é realizado na Sala de Recursos Multi-funcionais, desvinculado da sala regular. Uma forma de superar esta barreira é propor um trabalho colaborativo entre o professor do AEE e da sala comum, onde os mesmos compartilhariam as decisões, meios de atuação, de avaliação e de reflexão sobre as estratégias utilizadas não só com o aluno incluído, mas de toda a turma.

Dannicumi (2008) afirma em suas pesquisas que práticas colaborativas produzem benefícios mais atingíveis significados e representações das idéias possivelmente mais ricas e complexas que não elaboradas individualmente, permitindo a objetivização dos pensamentos; discussão de idéias, exame e aperfeiçoamento; ampliação de idéias para problemas significativos que permitem o contexto

escolar.

O trabalho colaborativo favorece a criação de turmas heterogênicas e uma aproximação com o professor do Atendimento Educacional Integral especializado, como uma maneira ^{física} de potencializar ^{e enriquecer} o ~~enriquecimento~~ da tarefa pedagógica, mostrando um caminho interessante para efetivação da inclusão (Santos, 2013), evidenciando que é mesmo preciso ser trabalhado, exposto e apresentado ao longo de toda formação acadêmica.